



# Boletim de Legislação



**EJEF** - *escala que forma e informa*

**Nº 801 – 18 de dezembro de 2024**

**Abrangência: 14/12/2024 a 03/01/2025**

Com o objetivo de fornecer aos magistrados e servidores em geral as informações de que necessitam para o desempenho de suas atividades e de criar subsídios para que se mantenham atualizados, a EJEF disponibiliza, semanalmente, este Boletim.

Seu conteúdo é uma seleção da legislação e de atos normativos do TJMG, inclusive da Corregedoria, publicados nos Diários Oficiais (DOU, DJU, DJe, MINAS GERAIS e DOM), tendo em vista a competência do Tribunal e a relevância da matéria para as funções jurisdicionais e administrativas.

## LEGISLAÇÃO FEDERAL

| Tipo/Número       | Publicação/<br>Edição | Ementa/Resumo  | Acesso ao Texto<br>Integral                                       |
|-------------------|-----------------------|--|---|
| DECRETO Nº 12.309 | DOU;<br>14/12/2024    | Regulamenta a Medida Provisória nº 1.278, de 11.12.2024, que autoriza a União a participar de fundo que tenha por finalidade apoiar a requalificação e a recuperação de infraestruturas nas áreas afetadas por eventos climáticos extremos e apoiar empreendimentos de infraestrutura relacionados à mitigação e à adaptação às mudanças climáticas. | <a href="#">Dec. 12.309</a><br>(Site da Presidência da República) |
| DECRETO Nº 12.311 | DOU;<br>17/12/2024    | Institui o Programa de Integridade da Presidência da República e da Vice-Presidência da República.   | <a href="#">Dec. 12.311</a><br>(Site da Presidência da República) |
| DECRETO Nº 12.312 | DOU;<br>17/12/2024    | Regulamenta a Lei nº 11.520, de 18 de setembro de 2007, que dispõe sobre a concessão de pensão especial às pessoas atingidas pela hanseníase que foram submetidas a isolamento e internações compulsórios.   | <a href="#">Dec. 12.312</a><br>(Site da Presidência da República) |
| DECRETO Nº 12.338 | DOU;<br>17/12/2024    | Concede indulto natalino e comutação de pena e dá outras providências.   | <a href="#">Dec. 12.338</a><br>(Site da Presidência da República) |
| DECRETO Nº 12.341 | DOU;<br>24/12/2024    | Regulamenta a Lei nº 13.060, de 22 de dezembro de 2014, para disciplinar o uso da força e dos instrumentos de menor potencial ofensivo pelos profissionais de segurança pública.   | <a href="#">Dec. 12.341</a><br>(Site da Presidência da República) |

|                                     |                    |   |   |
|-------------------------------------|--------------------|---|---|
| <b>DECRETO Nº 12.342</b>            | DOU;<br>24/12/2024 | Dispõe sobre o valor do salário mínimo a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2025.   | <a href="#">Dec. 12.342</a><br>(Site da Presidência da República)               |
| <b>DECRETO Nº 12.345</b>            | DOU;<br>31/12/2024 | Altera o Decreto nº 11.615, de 21 de julho de 2023, que regulamenta a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para estabelecer regras e procedimentos relativos à aquisição, ao registro, à posse, ao porte, ao cadastro e à comercialização nacional de armas de fogo, munições e acessórios, disciplinar as atividades de caça excepcional, de caça de subsistência, de tiro desportivo e de colecionamento de armas de fogo, munições e acessórios, disciplinar o funcionamento das entidades de tiro desportivo e dispor sobre a estruturação do Sistema Nacional de Armas –Sinarm. | <a href="#">Dec. 12.345</a><br>(Site da Presidência da República)               |
| <b>EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 135</b> | DOU;<br>20/12/2024 | Altera os arts. 37, 163, 165, 212-A e 239 da Constituição Federal e o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT).  | <a href="#">Emenda Constitucional 135</a><br>(Site da Presidência da República) |
| <b>LEI Nº 15.046</b>                | DOU;<br>18/12/2024 | Autoriza a criação do Cadastro Nacional de Animais Domésticos.  | <a href="#">Lei 15.046</a><br>(Site da Presidência da República)                |
| <b>LEI Nº 15.052</b>                | DOU;<br>23/12/2024 | Altera a Lei nº 14.822, de 22 de janeiro de 2024, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2024.   | <a href="#">Lei 15.046</a><br>(Site da Presidência da República)                |
| <b>LEI Nº 15.069</b>                | DOU;<br>24/12/2024 | Institui a Política Nacional de Cuidados.   | <a href="#">Lei 15.069</a><br>(Site da Presidência da República)                |
| <b>LEI Nº 15.071</b>                | DOU;<br>24/12/2024 | Altera o Decreto-Lei nº 1.804, de 3 de setembro de 1980, que trata da tributação simplificada das remessas postais internacionais, e a Lei nº 14.902, de 27 de junho de 2024, que institui o Programa Mobilidade Verde e Inovação (Programa Mover).   | <a href="#">Lei 15.071</a><br>(Site da Presidência da República)                |
| <b>LEI Nº 15.072</b>                | DOU;<br>27/12/2024 | Altera a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991 (Lei Orgânica da Seguridade Social), e a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991 (Lei de Benefícios da Previdência Social), para dispor sobre a condição de segurado especial dos associados em cooperativas.  | <a href="#">Lei 15.072</a><br>(Site da Presidência da República)                |
| <b>LEI Nº 15.073</b>                | DOU;<br>27/12/2024 | Altera a Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008 (Lei Geral do Turismo), para prever sanções aos prestadores de serviços turísticos que cometerem infrações associadas à facilitação do turismo sexual.  | <a href="#">Lei 15.073</a><br>(Site da Presidência da República)                |
| <b>LEI Nº 15.075</b>                | DOU;<br>27/12/2024 | Altera a Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, para autorizar a transferência de excedentes de conteúdo local entre contratos para exploração e produção de petróleo e gás natural vigentes; altera as Leis nºs 12.304, de 2 de agosto de 2010, 12.351, de 22 de dezembro de 2010, e 14.871, de 28 de maio de 2024; e revoga a Medida Provisória nº 1.255, de 26 de agosto de 2024.   | <a href="#">Lei 15.075</a><br>(Site da Presidência da República)                |

|                         |                    |  |  |
|-------------------------|--------------------|--|--|
| LEI Nº 15.076           | DOU;<br>27/12/2024 | Altera as Leis nºs 13.999, de 18 de maio de 2020, e 12.087, de 11 de novembro de 2009, para assegurar que os recursos do Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe) sejam permanentes, e a Lei nº 15.042, de 11 de dezembro de 2023, para dispor sobre o valor mínimo obrigatório a ser aplicado na aquisição de créditos de carbono pelas entidades que especifica. | <a href="#">Lei 15.076</a><br>(Site da Presidência da República)     |
| LEI Nº 15.077           | DOU;<br>27/12/2024 | Altera as Leis nºs 8.171, de 17 de janeiro de 1991 (Lei da Política Agrícola), 8.742, de 7 de dezembro de 1993 (Lei Orgânica da Assistência Social), 14.601, de 19 de junho de 2023 (Lei do Programa Bolsa Família), e 14.995, de 10 de outubro de 2024, para dispor sobre políticas públicas; e dá outras providências.   | <a href="#">Lei 15.077</a><br>(Site da Presidência da República)     |
| LEI Nº 15.078           | DOU;<br>30/12/2024 | Altera a Lei nº 14.467, de 16 de novembro de 2022, que dispõe sobre o tratamento tributário aplicável às perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes das atividades de instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.   | <a href="#">Lei 15.078</a><br>(Site da Presidência da República)     |
| LEI Nº 15.080           | DOU;<br>31/12/2024 | Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária de 2025 e dá outras providências.  | <a href="#">Lei 15.080</a><br>(Site da Presidência da República)     |
| LEI Nº 15.081           | DOU;<br>31/12/2024 | Altera a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, que dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV), para assegurar o apoio técnico e financeiro às iniciativas de regularização fundiária de assentamentos urbanos.   | <a href="#">Lei 15.081</a><br>(Site da Presidência da República)     |
| LEI Nº 15.082           | DOU;<br>31/12/2024 | Altera a Lei nº 13.576, de 26 de dezembro de 2017, que dispõe sobre a Política Nacional de Biocombustíveis (RenovaBio), para nela incluir os produtores independentes de matéria-prima destinada à produção de biocombustível; e altera a Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997.  | <a href="#">Lei 15.082</a><br>(Site da Presidência da República)     |
| LEI COMPLEMENTAR Nº 211 | DOU;<br>31/12/2024 | Altera a Lei Complementar nº 200, de 30 de agosto de 2023, que institui regime fiscal sustentável para garantir a estabilidade macroeconômica do País e criar as condições adequadas ao crescimento socioeconômico; revoga a Lei Complementar nº 207, de 16 de maio de 2024; e dá outras providências.   | <a href="#">Lei Compl. 211</a><br>(Site da Presidência da República) |

## ATOS NORMATIVOS DO BANCO CENTRAL DO BRASIL

| Tipo/Número      | Publicação/<br>Edição | Ementa/Resumo   | Acesso ao Texto<br>Integral                             |
|------------------|-----------------------|---|---|
| RESOLUÇÃO Nº 443 | DOU;<br>16/12/2024    | Disciplina o arranjo de pagamento do boleto, as espécies do instrumento boleto, sua emissão e formas de apresentação, bem como a forma de liquidação das transferências de fundos a ele associadas. | <a href="#">Res. 443</a><br>(Site da Imprensa Nacional) |

**ATOS NORMATIVOS DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA/SECRETARIA NACIONAL DE POLÍTICAS PENAIIS/CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA**

| Tipo/Número     | Publicação/ Edição | Ementa/Resumo  | Acesso ao Texto Integral                               |
|-----------------|--------------------|--|--|
| RESOLUÇÃO Nº 37 | DOU;<br>16/12/2024 | Dispõe sobre as diretrizes mínimas para a estruturação dos Conselhos Penitenciários dos Estados e do Distrito Federal, visando assegurar-lhes meios para o efetivo exercício de sua competência consultiva e fiscalizadora da execução da pena, de acordo com as disposições estabelecidas pela Lei nº 7.210/1984. | <a href="#">Res. 37</a><br>(Site da Imprensa Nacional) |

**ATOS NORMATIVOS DO MINISTÉRIO DA GESTÃO E DA INOVAÇÃO EM SERVIÇOS PÚBLICOS**

| Tipo/Número       | Publicação/ Edição | Ementa/Resumo  | Acesso ao Texto Integral                                   |
|-------------------|--------------------|--|--|
| PORTARIA Nº 9.783 | DOU;<br>30/12/2024 | Divulga os dias de feriados nacionais e estabelece os dias de ponto facultativo no ano de 2025, para cumprimento pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional. | <a href="#">Port. 9.783</a><br>(Site da Imprensa Nacional) |

**ATOS NORMATIVOS DA DIRETORIA-GERAL DA SECRETARIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL**

| Tipo/Número     | Publicação/ Edição     | Ementa/Resumo  | Acesso ao Texto Integral                   |
|-----------------|------------------------|--|--|
| PORTARIA Nº 227 | DJE/STF;<br>13/12/2024 | Disciplina o funcionamento da Secretaria do Tribunal durante o recesso forense de 20 de dezembro de 2024 a 6 de janeiro de 2025.                 | <a href="#">Port. 227</a><br>(Site do STF) |
| PORTARIA Nº 230 | DJE/STF;<br>19/12/2024 | Divulga os dias de feriado no ano de 2025 que recaem em dias úteis, para cumprimento pelas unidades administrativas do Supremo Tribunal Federal. | <a href="#">Port. 230</a><br>(Site do STF) |

**ATOS NORMATIVOS DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

| Tipo/Número     | Publicação/ Edição     | Ementa/Resumo   | Acesso ao Texto Integral                   |
|-----------------|------------------------|---|--|
| PORTARIA Nº 762 | DJE/STJ;<br>17/12/2024 | Dispõe sobre prazos processuais e estabelece horário das unidades de apoio ao plantão judiciário durante o recesso forense.   | <a href="#">Port. 762</a><br>(Site do STJ) |
| PORTARIA Nº 790 | DJE/STJ;<br>24/12/2024 | Divulga os dias de feriado nacional e estabelece os dias de ponto facultativo no ano de 2025, para cumprimento na Secretaria do Tribunal do Superior Tribunal de Justiça. | <a href="#">Port. 790</a><br>(Site do STJ) |

| SÚMULA Nº 676               | DJE/STJ;<br>17/12/2024 | Em razão da Lei n. 13.964/2019, não é mais possível ao juiz, de ofício, decretar ou converter prisão em flagrante em prisão preventiva.   | <a href="#">Súmula 676</a><br>(Site do STJ)    |
|-----------------------------|------------------------|---|--|
| <b>LEGISLAÇÃO MINEIRA</b>   |                        |   |  |
| Tipo/Número                 | Publicação/<br>Edição  | Ementa/Resumo   | Acesso ao Texto<br>Integral                    |
| PORTARIA Nº 420             | DJE/CNJ;<br>16/12/2024 | Altera a Portaria Presidência nº 404/2024, que dispõe sobre o recesso judiciário e sobre a suspensão dos prazos processuais, no âmbito do Conselho Nacional de Justiça, no período de 20 de dezembro de 2024 a 31 de janeiro de 2025.   | <a href="#">Port. 420</a><br>(Site do CNJ)     |
| RESOLUÇÃO Nº 599            | DJE/CNJ;<br>16/12/2024 | Institui a Política Judiciária de Atenção às Comunidades Quilombolas e diretrizes e procedimentos para efetivar a garantia de acesso à justiça por pessoas e comunidades quilombolas.   | <a href="#">Res. 599</a><br>(Site do CNJ)      |
| RESOLUÇÃO Nº 600            | DJE/CNJ;<br>16/12/2024 | Dispõe sobre a localização de pessoas e bens por oficiais de justiça, mediante acesso a sistemas informatizados do Poder Judiciário.  | <a href="#">Res. 600</a><br>(Site do CNJ)      |
| RESOLUÇÃO Nº 601            | DJE/CNJ;<br>16/12/2024 | Dispõe sobre o dever de reconhecer e retificar os assentos de óbito de todos os mortos e desaparecidos vítimas da ditadura militar.   | <a href="#">Res. 601</a><br>(Site do CNJ)      |
| RESOLUÇÃO Nº 603            | DJE/CNJ;<br>16/12/2024 | Regulamenta a permuta de magistrados(as) vinculados(as) a tribunais de justiça estaduais e do Distrito Federal e dos Territórios.   | <a href="#">Res. 603</a><br>(Site do CNJ)      |
| RESOLUÇÃO Nº 604            | DJE/CNJ;<br>16/12/2024 | Altera a Resolução CNJ nº 184/2013, que dispõe sobre os critérios para criação de cargos, funções e unidades judiciárias no âmbito do Poder Judiciário.   | <a href="#">Res. 604</a><br>(Site do CNJ)      |
| RESOLUÇÃO Nº 605            | DJE/CNJ;<br>16/12/2024 | Altera a Resolução CNJ n. 425/2021, que instituiu a Política Nacional Judicial de Atenção a Pessoas em Situação de Rua e suas interseccionalidades, torna obrigatória a criação de Comitês Locais PopRuaJud e a realização de mutirões de cidadania e acesso à Justiça e institui o Índice PopRuaJud e o Prêmio Nacional PopRuaJud. | <a href="#">Res. 605</a><br>(Site do CNJ)      |
| RESOLUÇÃO Nº 610            | DJE/CNJ;<br>23/12/2024 | Altera a Resolução CNJ nº 557/2024, que institui a Política Pública de Estímulo à Lotação e à Permanência de Magistrados(as) em Comarcas definidas como de difícil provimento.  | <a href="#">Res. 610</a><br>(Site do CNJ)      |
| RESOLUÇÃO Nº 611            | DJE/CNJ;<br>23/12/2024 | Altera a Resolução CNJ nº 433/2021, que institui a Política Nacional do Poder Judiciário para o Clima e Meio Ambiente.  | <a href="#">Res. 611</a><br>(Site do CNJ)      |
| RESOLUÇÃO<br>CONJUNTA Nº 12 | DJE/CNJ;<br>16/12/2024 | Altera a Resolução Conjunta CNJ/CNMP nº 3/2012, que dispõe sobre o assento de nascimento de indígena no Registro Civil das Pessoas Naturais.  | <a href="#">Rec. Conj. 12</a><br>(Site do CNJ) |

## LEGISLAÇÃO MINEIRA

| Tipo/Número       | Publicação/<br>Edição       | Ementa/Resumo  | Acesso ao Texto<br>Integral                   |
|-------------------|-----------------------------|--|---|
| DECRETO Nº 48.957 | Minas Gerais;<br>14/12/2024 | Altera o Decreto nº 48.589, de 22 de março de 2023, que regulamenta o Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS.                           | <a href="#">Dec. 48.957</a><br>(Site da ALMG) |
| DECRETO Nº 48.959 | Minas Gerais;<br>17/12/2024 | Altera o Decreto nº 48.589, de 22 de março de 2023, que regulamenta o Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS.                           | <a href="#">Dec. 48.959</a><br>(Site da ALMG) |
| DECRETO Nº 48.967 | Minas Gerais;<br>24/12/2024 | Altera o Decreto nº 48.589, de 22 de março de 2023, que regulamenta o Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS, e dá outras providências. | <a href="#">Dec. 48.967</a><br>(Site da ALMG) |
| DECRETO Nº 48.968 | Minas Gerais;<br>24/12/2024 | Altera o Decreto nº 48.589, de 22 de março de 2023, que regulamenta o Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS, e dá outras providências. | <a href="#">Dec. 48.968</a><br>(Site da ALMG) |
| DECRETO Nº 48.970 | Minas Gerais;<br>27/12/2024 | Altera o Decreto nº 48.589, de 22 de março de 2023, que regulamenta o Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS.                           | <a href="#">Dec. 48.970</a><br>(Site da ALMG) |
| DECRETO Nº 48.971 | Minas Gerais;<br>28/12/2024 | Altera o Decreto nº 48.589, de 22 de março de 2023, que regulamenta o Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS.                           | <a href="#">Dec. 48.971</a><br>(Site da ALMG) |
| DECRETO Nº 48.972 | Minas Gerais;<br>28/12/2024 | Altera o Decreto nº 48.589, de 22 de março de 2023, que regulamenta o Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS.                           | <a href="#">Dec. 48.972</a><br>(Site da ALMG) |
| DECRETO Nº 48.973 | Minas Gerais;<br>28/12/2024 | Altera o Decreto nº 43.709, de 23 de dezembro de 2003, que aprova o Regulamento do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – RIPVA.  | <a href="#">Dec. 48.973</a><br>(Site da ALMG) |
| DECRETO Nº 48.974 | Minas Gerais;<br>28/12/2024 | Altera o Decreto nº 48.589, de 22 de março de 2023, que regulamenta o Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS, e dá outras providências. | <a href="#">Dec. 48.974</a><br>(Site da ALMG) |

|                          |                             |  |   |
|--------------------------|-----------------------------|--|---|
| <b>DECRETO Nº 48.975</b> | Minas Gerais;<br>28/12/2024 | Altera o Regulamento das Taxas Estaduais, aprovado pelo Decreto nº 38.886, de 1º de julho de 1997.   | <a href="#">Dec. 48.975</a><br>(Site da ALMG) |
| <b>LEI Nº 25.069</b>     | Minas Gerais;<br>20/12/2024 | Altera o Anexo II da Lei nº 22.415, de 16 de dezembro de 2016, que fixa os efetivos da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais – PMMG – e do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais – CBMMG – e dá outras providências.  | <a href="#">Lei 25.069</a><br>(Site da ALMG)  |
| <b>LEI Nº 25.070</b>     | Minas Gerais;<br>21/12/2024 | Altera a Lei nº 14.937, de 23 de dezembro de 2003, que dispõe sobre o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA – e dá outras providências.   | <a href="#">Lei 25.070</a><br>(Site da ALMG)  |
| <b>LEI Nº 25.071</b>     | Minas Gerais;<br>21/12/2024 | Autoriza o Poder Executivo a receber, em transferência, créditos acumulados do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS – por estabelecimento fabricante de ração, abatedor de aves ou de suínos ou criador de aves ou de suínos.       | <a href="#">Lei 25.071</a><br>(Site da ALMG)  |
| <b>LEI Nº 25.075</b>     | Minas Gerais;<br>21/12/2024 | Altera a Lei nº 23.904, de 3 de setembro de 2021, que dispõe sobre a garantia de acesso das mulheres em situação de vulnerabilidade social a absorventes higiênicos no Estado.   | <a href="#">Lei 25.075</a><br>(Site da ALMG)  |
| <b>LEI Nº 25.077</b>     | Minas Gerais;<br>21/12/2024 | Acrescenta dispositivos ao art. 1º da Lei nº 10.501, de 17 de outubro de 1991, que dispõe sobre a política estadual dos direitos da criança e do adolescente, cria o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente e dá outras providências.  | <a href="#">Lei 25.077</a><br>(Site da ALMG)  |
| <b>LEI Nº 25.078</b>     | Minas Gerais;<br>21/12/2024 | Reconhece no Estado o cordão de fita com desenhos de girassóis como símbolo de identificação de pessoas com deficiências ocultas.  | <a href="#">Lei 25.078</a><br>(Site da ALMG)  |
| <b>LEI Nº 25.088</b>     | Minas Gerais;<br>23/12/2024 | Reconhece no Estado o cordão de fita com desenhos de girassóis como símbolo de identificação de pessoas com deficiências ocultas.  | <a href="#">Lei 25.088</a><br>(Site da ALMG)  |
| <b>LEI Nº 25.123</b>     | Minas Gerais;<br>31/12/2024 | Dispõe sobre a revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG - 2024-2027 para o exercício de 2025.  | <a href="#">Lei 25.123</a><br>(Site da ALMG)  |
| <b>LEI Nº 25.124</b>     | Minas Gerais;<br>31/12/2024 | Estima as receitas e fixa as despesas do Orçamento Fiscal do Estado e do Orçamento de Investimento das Empresas Controladas pelo Estado para o exercício financeiro de 2025.   | <a href="#">Lei 25.124</a><br>(Site da ALMG)  |
| <b>LEI Nº 25.125</b>     | Minas Gerais;<br>31/12/2024 | Altera a Lei nº 15.424, de 30 de dezembro de 2004, que dispõe sobre a fixação, a contagem, a cobrança e o pagamento de emolumentos relativos aos atos praticados pelos serviços notariais e de registro, o recolhimento da Taxa de Fiscalização Judiciária e a compensação dos atos sujeitos à gratuidade estabelecida em lei federal, e dá outras providências. | <a href="#">Lei 25.125</a><br>(Site da ALMG)  |

|                         |                             |  |  |
|-------------------------|-----------------------------|--|--|
| LEI Nº 25.126           | Minas Gerais;<br>31/12/2024 | Institui o Fundo de Desenvolvimento do Ministério Público, o Fundo Especial de Garantia de Acesso à Justiça e o Fundo Especial da Advocacia-Geral do Estado. | <a href="#">Lei 25.126</a><br>(Site da ALMG)     |
| LEI COMPLEMENTAR Nº 178 | Minas Gerais;<br>20/12/2024 | Institui o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana do Vale do Aço.  | <a href="#">Lei Compl. 178</a><br>(Site da ALMG) |
| LEI COMPLEMENTAR Nº 179 | Minas Gerais;<br>28/12/2024 | Acrescenta dispositivos à Lei nº 869, de 5 de julho de 1952, que dispõe sobre o Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado de Minas Gerais.          | <a href="#">Lei Compl. 179</a><br>(Site da ALMG) |

### ATOS NORMATIVOS DA SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA

| Tipo/Número   | Publicação/<br>Edição       | Ementa/Resumo   | Acesso ao Texto<br>Integral  |
|---------------|-----------------------------|---|--|
| PORTARIA Nº 2 | Minas Gerais;<br>18/12/2024 | Dispõe sobre fluxo adotado pelo Departamento Penitenciário de Minas Gerais para introdução das análises de candidatos para ocupação das Associações de Proteção e Assistência aos Condenados - APACs, nos termos da PORTARIA CONJUNTA Nº 49/PR-TJMG/2024. | <a href="#">Port. 2</a><br>(Site do Núcleo de Documentação Legislativa da Secretaria de Estado de Governo do Estado de Minas Gerais) |

### LEGISLAÇÃO MUNICIPAL DA PREFEITURA DE BELO HORIZONTE

| Tipo/Número       | Publicação/<br>Edição | Ementa/Resumo  | Acesso ao Texto<br>Integral                  |
|-------------------|-----------------------|--|--|
| DECRETO Nº 18.915 | D.O.M.;<br>28/12/2024 | Define o percentual de desconto a ser aplicado para pagamentos antecipados do IPTU e das taxas que com ele são cobradas referentes ao exercício de 2025. | <a href="#">Dec. 18.915</a><br>(Site da PBH) |
| LEI Nº 11.792     | D.O.M.;<br>18/12/2024 | Altera a Lei nº 11.181/19, que aprova o Plano Diretor do Município de Belo Horizonte e dá outras providências.   | <a href="#">Lei 11.792</a><br>(Site da PBH)  |
| LEI Nº 11.793     | D.O.M.;<br>28/12/2024 | Institui a Política Municipal de Enfrentamento à Emergência Climática.   | <a href="#">Lei 11.793</a><br>(Site da PBH)  |

### ATOS NORMATIVOS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

| Tipo/Número       | Publicação/<br>Edição | Ementa/Resumo   | Acesso ao Texto<br>Integral                   |
|-------------------|-----------------------|---|---|
| PORTARIA Nº 6.969 | DJE;<br>17/12/2024    | Dispensa juiz leigo de sua função em unidade jurisdicional do Sistema dos Juizados Especiais do Estado de Minas Gerais. | <a href="#">Port. 6.969</a><br>(Site do TJMG) |
| PORTARIA Nº 6.970 | DJE;<br>17/12/2024    | Dispensa juíza leiga de sua função em unidade jurisdicional do Sistema dos Juizados Especiais do Estado de Minas Gerais | <a href="#">Port. 6.970</a><br>(Site do TJMG) |



|                   |                    |   |   |
|-------------------|--------------------|---|---|
| PORTARIA Nº 6.971 | DJE;<br>18/12/2024 | Prorroga os prazos previstos nas Portarias da Presidência nº 5.525, de 25 de março de 2022; nº 6.003, de 7 de fevereiro de 2023; nº 6.499, de 6 de março de 2024; e nº 6.625, de 1º de julho de 2024, que convocam os juízes de direito que especificam; e altera a Portaria da Presidência nº 6.885, de 27 de setembro de 2024, que convoca juíza de direito para atuar no Núcleo de Justiça 4.0 - Cível Especializado do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais. | <a href="#">Port. 6.971</a><br>(Site do TJMG) |
| PORTARIA Nº 6.972 | DJE;<br>19/12/2024 | Designa Juíza Coordenadora e Juizes-Adjuntos do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania da Comarca de Barbacena.  | <a href="#">Port. 6.972</a><br>(Site do TJMG) |
| PORTARIA Nº 6.973 | DJE;<br>19/12/2024 | Designa juiz leigo para atuar em unidade jurisdicional do Sistema dos Juizados Especiais.   | <a href="#">Port. 6.973</a><br>(Site do TJMG) |
| PORTARIA Nº 6.974 | DJE;<br>19/12/2024 | Designa Juíza Coordenadora e Juiz-Adjunto do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania da Comarca de Lavras.  | <a href="#">Port. 6.974</a><br>(Site do TJMG) |
| PORTARIA Nº 6.975 | DJE;<br>19/12/2024 | Designa Juiz Coordenador e Juiz-Adjunto do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania da Comarca de São Lourenço.  | <a href="#">Port. 6.975</a><br>(Site do TJMG) |
| PORTARIA Nº 6.976 | DJE;<br>19/12/2024 | Designa Juiz Coordenador e Juíza-Adjunta do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania da Comarca de Três Pontas.  | <a href="#">Port. 6.976</a><br>(Site do TJMG) |
| PORTARIA Nº 6.977 | DJE;<br>19/12/2024 | Designa Juiz Coordenador e Juiz-Adjunto do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania da Comarca de Extrema.   | <a href="#">Port. 6.977</a><br>(Site do TJMG) |
| PORTARIA Nº 6.978 | DJE;<br>19/12/2024 | Designa Juiz Coordenador e Juiz-Adjunto do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania da Comarca de Campos Gerais.   | <a href="#">Port. 6.978</a><br>(Site do TJMG) |
| PORTARIA Nº 6.979 | DJE;<br>19/12/2024 | Designa juíza leiga para atuar em unidade jurisdicional do Sistema dos Juizados Especiais.  | <a href="#">Port. 6.979</a><br>(Site do TJMG) |
| PORTARIA Nº 6.980 | DJE;<br>19/12/2024 | Designa juíza leiga para atuar em unidade Jurisdicional do Sistema dos Juizados Especiais.  | <a href="#">Port. 6.980</a><br>(Site do TJMG) |
| PORTARIA Nº 6.981 | DJE;<br>19/12/2024 | Designa juiz leigo para atuar em unidade jurisdicional do Sistema dos Juizados Especiais.   | <a href="#">Port. 6.981</a><br>(Site do TJMG) |
| PORTARIA Nº 6.982 | DJE;<br>19/12/2024 | Designa juíza leiga para atuar em unidade jurisdicional do Sistema dos Juizados Especiais.  | <a href="#">Port. 6.982</a><br>(Site do TJMG) |
| PORTARIA Nº 6.983 | DJE;<br>19/12/2024 | Convoca Juiz de Direito para exercer substituição no Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais.   | <a href="#">Port. 6.983</a><br>(Site do TJMG) |
| PORTARIA Nº 6.984 | DJE;<br>19/12/2024 | Expede ato de outorga de delegação de atividade notarial e de registro a candidata aprovada no Concurso Público de Provas e Títulos para Outorga de Delegações de Notas e de Registro do Estado de Minas Gerais regido pelo Edital nº 1/2014.   | <a href="#">Port. 6.984</a><br>(Site do TJMG) |

|                            |                    |   |   |
|----------------------------|--------------------|---|---|
| RESOLUÇÃO Nº 1.082         | DJE;<br>18/12/2024 | Altera as Resoluções do Órgão Especial nº 974, de 4 de outubro de 2021, que "Dispõe sobre o programa de assistência em creche ou em pré-escola para os dependentes dos servidores ativos do quadro de pessoal do Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais", e nº 1.041, de 20 de junho de 2023, que "Altera a Resolução do Órgão Especial nº 974, de 4 de outubro de 2021". | <a href="#">Res. 1.082</a><br>(Site do TJMG)        |
| RESOLUÇÃO Nº 1.083         | DJE;<br>18/12/2024 | Altera a Resolução do Órgão Especial nº 989, de 23 de março de 2022, que "Determina a Instalação da 2ª Unidade Jurisdicional do Sistema dos Juizados Especiais e da Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, da Comarca de Governador Valadares e dá outras providências".   | <a href="#">Res. 1.083</a><br>(Site do TJMG)        |
| RESOLUÇÃO Nº 1.084         | DJE;<br>18/12/2024 | Altera as Resoluções do Órgão Especial nº 945, de 13 de novembro de 2020, que "Dispõe sobre os critérios de compensação por magistrados de Primeira e Segunda Instâncias do Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais e dá outras providências", e nº 958, de 11 de março de 2021, que "Altera a Resolução do Órgão Especial nº 945, de 13 de novembro de 2020".             | <a href="#">Res. 1.084</a><br>(Site do TJMG)        |
| RESOLUÇÃO Nº 1.085         | DJE;<br>18/12/2024 | Dispõe sobre a retribuição pecuniária por participação em comissão de heteroidentificação e comissão recursal do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais -TJMG.   | <a href="#">Res. 1.085</a><br>(Site do TJMG)        |
| RESOLUÇÃO Nº 1.086         | DJE;<br>18/12/2024 | Altera a Resolução do Órgão Especial nº 1.010, de 29 de agosto de 2022, que "Dispõe sobre a implementação, a estrutura e o funcionamento dos "Núcleos de Justiça 4.0" e dá outras providências", e altera a Resolução do Órgão Especial nº 1.053, de 20 de setembro de 2023, que "Dispõe sobre a Superintendência Judiciária e dá outras providências".                       | <a href="#">Res. 1.086</a><br>(Site do TJMG)        |
| RESOLUÇÃO Nº 1.087         | DJE;<br>18/12/2024 | Cria o Núcleo Suplementar de Virtualização da Comarca de Belo Horizonte e revoga a Resolução do Órgão Especial nº 978, de 16 de novembro de 2021.   | <a href="#">Res. 1.087</a><br>(Site do TJMG)        |
| PORTARIA CONJUNTA Nº 1.628 | DJE;<br>19/12/2024 | Altera a Portaria Conjunta da Presidência nº 1.626, de 4 de dezembro de 2024, que "Dispõe sobre o funcionamento do Tribunal de Justiça e da Justiça de Primeiro Grau do Estado de Minas Gerais no período que especifica".  | <a href="#">Port. Conj. 1.628</a><br>(Site do TJMG) |

## ATOS NORMATIVOS DA CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

| Tipo/Número       | Publicação/Edição  | Ementa/Resumo  | Acesso ao Texto Integral                      |
|-------------------|--------------------|--|---|
| AVISO Nº 59       | DJE;<br>17/12/2024 | Avisa sobre a disponibilização de novo arquivo contendo informações sobre o padrão de desempenho, de produtividade e presteza no exercício jurisdicional, bem como sobre o reprocessamento dos dados de operosidade dos juízes de direito relativamente ao mês de novembro/2024, com reabertura do prazo de impugnação, e torna sem efeito o Aviso da Corregedoria-Geral de Justiça nº 58, de 11 de dezembro de 2024.                    | <a href="#">Aviso 59</a><br>(Site do TJMG)    |
| AVISO Nº 60       | DJE;<br>19/12/2024 | Avisa sobre a necessidade de atualização semestral da lista geral de vacância no prazo determinado.  | <a href="#">Aviso 60</a><br>(Site do TJMG)    |
| PORTARIA Nº 8.254 | DJE;<br>19/12/2024 | Reconduz juiz de direito para o exercício das funções de Diretor do Foro da Comarca de Boa Esperança.  | <a href="#">Port. 8.254</a><br>(Site do TJMG) |
| PORTARIA Nº 8.255 | DJE;<br>19/12/2024 | Reconduz juíza de direito para o exercício das atribuições de proteção às pessoas idosas na Comarca de Sete Lagoas.  | <a href="#">Port. 8.255</a><br>(Site do TJMG) |
| PORTARIA Nº 8.256 | DJE;<br>17/12/2024 | Acresce dispositivo à Portaria da Corregedoria-Geral de Justiça nº 8.238, de 26 de novembro de 2024, e designa juíza de direito para o exercício das atribuições de proteção às pessoas idosas da Comarca de Curvelo no período que especifica.  | <a href="#">Port. 8.256</a><br>(Site do TJMG) |
| PORTARIA Nº 8.257 | DJE;<br>19/12/2024 | Reconduz juiz de direito para o exercício das atribuições de proteção às pessoas idosas na Comarca de Além Paraíba.  | <a href="#">Port. 8.257</a><br>(Site do TJMG) |
| PORTARIA Nº 8.258 | DJE;<br>18/12/2024 | Atualiza, para o exercício de 2025, as tabelas que integram o Anexo da Lei estadual nº 15.424, de 30 de dezembro de 2004, que "Dispõe sobre a fixação, a contagem, a cobrança e o pagamento de emolumentos relativos aos atos praticados pelos serviços notariais e de registro, o recolhimento da Taxa de Fiscalização Judiciária e a compensação dos atos sujeitos à gratuidade estabelecida em lei federal e dá outras providências". | <a href="#">Port. 8.258</a><br>(Site do TJMG) |
| PORTARIA Nº 8.259 | DJE;<br>18/12/2024 | Acresce dispositivo à Portaria da Corregedoria-Geral de Justiça nº 7.540, de 21 de março de 2023, e designa juíza de direito para o exercício das funções de Diretora do Foro da Comarca de Pedra Azul no período que especifica.  | <a href="#">Port. 8.259</a><br>(Site do TJMG) |
| PORTARIA Nº 8.260 | DJE;<br>18/12/2024 | Acresce dispositivo à Portaria da Corregedoria-Geral de Justiça nº 7.541, de 21 de março de 2023, e designa juíza de direito para o exercício das atribuições de proteção às pessoas idosas da Comarca de Pedra Azul no período que especifica.  | <a href="#">Port. 8.260</a><br>(Site do TJMG) |

*Edição e publicação: COBIB – Coordenação de Documentação e Biblioteca*

Sugestões ou críticas: E-mail: [cobib@tjmg.jus.br](mailto:cobib@tjmg.jus.br)

*Para receber o Boletim de Legislação por meio eletrônico, envie e-mail para [cadastro-ble@lista.tjmg.jus.br](mailto:cadastro-ble@lista.tjmg.jus.br). O sistema remeterá uma mensagem de confirmação.*